



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº	16370.000220/2007-40
Recurso nº	16.370.000220200740 Voluntário
Acórdão nº	2803-004.114 – 3ª Turma Especial
Sessão de	12 de fevereiro de 2015
Matéria	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
Recorrente	CONDOMÍNIO METROPOLITAN PLAZA RESIDENCE
Recorrida	FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 01/01/1997 a 31/12/2006

PREVIDENCIÁRIO. CUSTEIO. NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO DE DÉBITO - NFLD. CONTRIBUINTE INDIVIDUAIS. CONCOMÍNIO. OBRIGATORIEDADE DE RECOLHIMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. PREVISÃO LEGAL. RECURSO VOLUNTÁRIO. MATÉRIA NÃO CONTESTADA. APLICAÇÃO DA REGRA DO ART. 17 DO DECRETO N° 70.235, DE 1972.

1. O lançamento diz respeito à falta de pagamento / recolhimentos de contribuições previdenciárias relativas aos contribuintes individuais que prestaram serviços ao condomínio, nesse rol incluindo o síndico. Neste caso, a responsabilidade da empresa está prevista no inciso III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991.

2. Considerando a generalidade do recurso, que repetiu os mesmos termos contidos na impugnação, considerar-se-á não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo impugnante, conforme estabelece o art. 17 do Decreto nº 70.235, de 1972.

Recurso Voluntário Negado

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Documento assinado digitalmente conforme (Assinado digitalmente)

Autenticado digitalmente em 28/02/2015 por AMILCAR BARCA TEIXEIRA JUNIOR, Assinado digitalmente em 09/03/2015 por HELTON CARLOS PRAIA DE LIMA, Assinado digitalmente em 28/02/2015 por AMILCAR BARCA TEIXEIRA JUNIOR

Impresso em 12/03/2015 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Helton Carlos Praia de Lima – Presidente

(Assinado digitalmente)
Amílcar Barca Teixeira Júnior – Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros Helton Carlos Praia de Lima (Presidente), Oseas Coimbra Júnior, Eduardo de Oliveira, Amilcar Barca Teixeira Junior, Gustavo Vettorato e Ricardo Magaldi Messetti.

Relatório

Trata-se de Notificação Fiscal de Lançamento de Débito - NFLD lavrada em desfavor do contribuinte acima identificado, relativamente a contribuições destinadas à Seguridade Social (parte patronal) e, contribuições dos segurados contribuintes individuais, incidentes sobre remunerações pagas aos mesmos pelo sujeito passivo no período de janeiro de 1997 a dezembro de 2006 e não declaradas em GFIP.

O Contribuinte devidamente notificado apresentou defesa tempestiva.

A impugnação foi julgada em 19 de agosto de 2008 e ementada nos seguintes termos:

*ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias
Exercício: 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006*

*DECADÊNCIA. PRAZO. SÚMULA VINCULANTE.
APLICAÇÃO DO CTN.*

Por meio da Súmula Vinculante nº 8, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional o prazo de dez anos estabelecido no art. 45 da Lei 8.212/91. Consequentemente, o lançamento das contribuições sociais previdenciárias está sujeito ao prazo decadencial de cinco anos, estabelecido no art. 173 do Código Tributário Nacional.

RETENÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DO CONTRIBUINTE INDIVIDUAL.

De acordo com o art. 4º da Lei nº 10.666/2003, fica a empresa a partir de abril de 2003, obrigada a arrecadar a contribuição do segurado contribuinte individual a seu serviço, descontando-a da respectiva remuneração, e a recolher o valor arrecadado juntamente com a contribuição a seu cargo.

CONTRIBUIÇÃO AO INCRA. EXIGIBILIDADE.

A lei que institui a cobrança da contribuição devida ao INCRA não foi revogada pela edição da Lei nº 8.212/91, permanecendo exigível.

SÍNDICO DE CONDOMÍNIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

É devida a contribuição previdenciária sobre o pagamento aos síndicos de condomínios imobiliários, conforme previsão expressa dada pela Lei nº 8.212/91, em seu art. 12, inciso V, alínea "f".

MULTA DE MORA.

É lícita a aplicação da multa de mora prevista no art. 35 da Lei nº 8.212/91.

Lançamento Procedente em Parte

Documento assinado digitalmente conforme o art. 10, § 2º, da RDC 200/2009
Autenticado digitalmente em 28/02/2015 por AMILCAR BARCA TEIXEIRA JUNIOR, Assinado digitalmente em 09/03/2015 por HELTON CARLOS PRAIA DE LIMA, Assinado digitalmente em 28/02/2015 por AMILCAR BARCA TEIXEIRA JUNIOR

Impresso em 12/03/2015 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Inconformado com resultado do julgamento da primeira instância administrativa, o Contribuinte apresentou recurso tempestivo, onde alega, em síntese, o seguinte:

- Em que pese entendimento contrário, o lançamento previdenciário é desprovido de fundamento legal.
- A fiscalização apurou que o condomínio recorrente não teria recolhido os valores devidos a título de contribuição devida à previdência social calculada sobre sua folha de pagamentos.
- Apesar do entendimento dessa autarquia, a imposição previdenciária não pode prevalecer.
- O lançamento da contribuição previdenciária é do tipo “por homologação”, quando a obrigação de informar ao fisco a realização das hipóteses tributárias é do contribuinte. Para tanto, o contribuinte preenche através dos modelos fornecidos pela previdência social os formulários eletrônicos cabíveis, constituindo os valores devidos por força da aplicação da legislação previdenciária.
- Com isto, abre-se o prazo de 10 (dez) anos para que a autarquia previdenciária homologue as informações prestadas, sob pena de decadência do direito de promover o lançamento complementar.
- Verifica-se, entretanto, que os lançamentos tributários de todo o período fiscalizado foram efetuados pelo contribuinte Recorrente, sendo descabido novo lançamento.
- A autarquia previdenciária desconsiderou as informações anteriormente prestadas pelo contribuinte e, injustificadamente, realizou novo lançamento tributário, apurando de forma duplicada todos os valores devidos à previdência social e que já haviam sido informados pelo contribuinte.
- Vale observar que não há valor novo lançado e que seja diferente dos informados pelo contribuinte quando da realização do lançamento por homologação.
- É ilegal a cobrança de contribuição para o INCRA e para Terceiros.
- Existe ilegalidade no cálculo da multa moratória.
- A multa é confiscatória.
- Ante o exposto, requer-se a procedência do presente Recurso, para que seja reformada a decisão e para que seja anulado o lançamento previdenciário e seus acessórios, nos termos da fundamentação supra.

Não apresentadas as contrarrazões.

É o relatório.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 28/02/2015 por AMILCAR BARCA TEIXEIRA JUNIOR, Assinado digitalmente em 09/03/2015 por HELTON CARLOS PRAIA DE LIMA, Assinado digitalmente em 28/02/2015 por AMILCAR BARCA TEIXEIRA JUNIOR

Impresso em 12/03/2015 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Voto

Conselheiro Amílcar Barca Teixeira Júnior, Relator.

O recurso voluntário é tempestivo, e considerando o preenchimento dos demais requisitos de sua admissibilidade, merece ser apreciado.

Inicialmente, há que se registrar que o julgador *a quo* reconheceu a decadência relativamente às competências de 01/1997 a 11/2011, em conformidade com a regra estabelecida no inciso I do art. 173 do CTN.

O recurso, como se observa, foi apresentado de forma genérica, tal como ocorreu na impugnação.

Efetivamente, o contribuinte não se defendeu. No recurso constam argumentos como:

O lançamento da contribuição previdenciária é do tipo “por homologação”, quando a obrigação de informar ao fisco a realização das hipóteses tributárias é do contribuinte. Para tanto, o contribuinte preenche através dos modelos fornecidos pela previdência social os formulários eletrônicos cabíveis, constituindo os valores devidos por força da aplicação da legislação previdenciária.

Com isto, abre-se o prazo de 10 (dez) anos para que a autarquia previdenciária homologue as informações prestadas, sob pena de decadência do direito de promover o lançamento complementar.

Verifica-se, entretanto, que os lançamentos tributários de todo o período fiscalizado foram efetuados pelo contribuinte Recorrente, sendo descabido novo lançamento.

A autarquia previdenciária desconsiderou as informações anteriormente prestadas pelo contribuinte e, injustificadamente, realizou novo lançamento tributário, apurando de forma duplicada todos os valores devidos à previdência social e que já haviam sido informados pelo contribuinte.

Vale observar que não há valor novo lançado e que seja diferente dos informados pelo contribuinte quando da realização do lançamento por homologação.

É ilegal a cobrança de contribuição para o INCRA e para Terceiros.

Existe ilegalidade no cálculo da multa moratória.

A multa é confiscatória.

Tendo em vista que o lançamento diz respeito à falta de pagamento / recolhimentos de contribuições previdenciárias relativas aos contribuintes individuais que prestaram serviços ao condomínio, nesse rol incluindo o síndico. Neste caso, a responsabilidade da empresa está prevista no inciso III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991.

Registre-se, ademais, que a partir do mês de abril de 2003, com a entrada em vigor da Lei nº 10.666/03, a obrigação da empresa que obtém serviços de contribuintes individuais não pode ser contestada.

O art. 4º do referido diploma legal estabelece que:

Art. 4º. Fica a empresa obrigada a arrecadar a contribuição do segurado contribuinte individual a seu serviço, descontando-a da respectiva remuneração, e a recolher o valor arrecadado juntamente com a contribuição a seu cargo até o dia dois do mês seguinte ao da competência.

Como não há provas nos autos que o condomínio cumpriu a obrigação de que trata as referências legais acima citadas, correto o procedimento fiscalizatório de lançamento, bem como a decisão recorrida.

Ademais, considerando a generalidade do recurso, que repetiu os mesmos termos contidos na impugnação, considerar-se-á não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo impugnante, conforme estabelece o art. 17 do Decreto nº 70.235, de 1972.

A multa foi aplicada em conformidade com o art. 35 da Lei nº 8.212, de 1991, não havendo qualquer problema quanto a ela. E, como é sabido, ainda não existe nenhuma declaração de inconstitucionalidade versando sobre o tema, proferida pelo Supremo Tribunal Federal – STF.

Os argumentos de ilegalidade aventados pelo contribuinte não podem prosperar, tendo em vista que os órgãos da Administração Pública não têm competência para discutir essa matéria, que é da competência exclusiva do Poder Judiciário.

Assim, não há que se falar em ilegalidade da cobrança da contribuição para o INCRA e para Terceiros, bem como de ilegalidade no cálculo da multa moratória.

CONCLUSÃO.

Pelo exposto, voto por CONHECER do recurso para, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

(Assinado digitalmente)
Amílcar Barca Teixeira Júnior – Relator.

CÓPIA